

ESP-CTO. OPERACOES DA PM - COPOM

Termo de Referência 164/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
164/2025	180388-ESP-CTO. OPERACOES DA PM - COPOM	JENNIFER JOSY DA CONCEICAO SIMPLICIO	24/10/2025 10:35 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00517058/2025-81

1. Condições gerais da contratação

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de itens de cozinha e higienização: **jogo de mesa bistrô com banquetas, jogo de panelas compatível com fogões de indução, lavadora de alta pressão desentupidora e aspirador de sólidos e líquido** para atender necessidades do Centro de Operações da Polícia Militar de São Paulo - **COPOM**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1	<p><u>Conjunto Mesa Alta Bistrô</u></p> <p>Conjunto Mesa Bistrô Redonda com 4 banquetas, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none">Mesa: Tampo cor Imbuia, material madeira com acabamento em verniz, 60cm de diâmetro, Altura: 100cm, Estrutura Preta em Aço Carbono;Banquetas: 34cm de largura, 32cm de comprimento, 18cm a altura do encosto, 88cm de altura total, Assento: Espuma D28 Revestido Com Tecido Sintético, Estrutura Preta em Aço Carbono.	600898	Unidade	6
2	<p><u>Panelas de Indução:</u></p> <p>Jogo de panelas de indução, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none">composto por 5 peças em alumínio preto com revestimento cerâmico e forjadas com fundo de indução, material em alumínio com revestimento interno cerâmico, cor preta e tampa em vidro com bordas de silicone e saída de vapor1 Frigideira forjada de 24cm, 1 Panela forjada de 16cm com tampa, 1 Panela forjada de 18cm com tampa, 1	617399	Unidade	1

	Caçarola forjada de 20cm com tampa, 1 Caçarola forjada de 24cm com tampa.			
3	<p><u>Lavadora de Alta Pressão Desentupidora</u></p> <p>Lavadora de alta pressão com função desobstruidora, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> desentupir canos, bico regulável, aplicador de detergente, pistões em aço inox, potência: 1900W, pressão máxima: 2400 PSI, tensão: 220V, vazão: 360 l/h, frequência 60Hz, shampooeira: Sim, cabo elétrico: 5 metros, mangueira: 5 metros trama de aço, pistola de alta pressão com trava de segurança. 	624559	Unidade	1
4	<p><u>Aspirador de Sólidos e Líquido</u></p> <p>Aspirador de Pó e Água Barril, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Com soprador e filtro lavável, utiliza filtro em papel descartável, cor prata/preto, material em Polímeros e Metais, acabamento em inox e preto, Potência: 1600W frequência: 60Hz, vácuo: 180 mbar, 220V, mangueira sucção: 2,5 metros, dimensão cabo elétrico: 4,5 metros, mangueira dreno, bico múltiplo para carpetes, bico canto, bico escova, volume total: 50 litros. 	445471	Unidade	1

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **45 (quarenta e cinco dias)**, contados do início da **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente aquisição, embora não esteja prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), **justifica-se pela necessidade emergente de adequação estrutural e funcional decorrente do processo de reforma e revitalização da cozinha e da área de descompressão destinada ao uso de militares e servidores civis**. O objeto da contratação não está previsto no Plano de

Contratações Anual - PCA2025, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, conforme consta o detalhamento das informações consignadas no Documento de Formalização de Demanda.

2.2. A intervenção física realizada no espaço demandou a substituição e adequação de mobiliário e utensílios às novas condições do ambiente, de modo a garantir **segurança, conforto, ergonomia e conformidade com as normas técnicas aplicáveis a áreas comuns de alimentação e descanso.**

2.3. A contratação tem por objeto a aquisição de bens de consumo de baixo valor e baixa complexidade técnica, consistindo em: **mesa bistrô com banquetas, jogo de painéis compatível com fogões de indução, lavadora de alta pressão desentupidora e aspirador de sólidos e líquido**, todos destinados a equipar e realizar manutenção e higiene do ambiente reformado.

2.4. A necessidade atende às exigências das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial:

2.4.1. **ABNT NBR 11823:2017**- Utensílios domésticos metálicos — Requisitos de segurança e desempenho, **ABNT NBR 15748: 2017** – Utensílios domésticos metálicos — Determinação da eficiência térmica, **ABNT NBR NM 60335-2-6:2019** – Aparelhos eletrodomésticos e similares — Segurança, **ABNT NBR ISO 14006:2020** – Sistemas de gestão ambiental — Diretrizes para incorporar o ecodesign., **ABNT NBR ISO 14040:2014** – Gestão ambiental — Avaliação do ciclo de vida — Princípios e estrutura, que estabelecem requisitos de segurança, desempenho térmico e durabilidade para utensílios domésticos metálicos.

2.5. A adequação do espaço está alinhada ainda aos princípios da **ergonomia, saúde e bem-estar no ambiente de trabalho**, conforme diretrizes da **NR-24** (Portaria MTE nº 3.214/1978) – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, que determina que locais destinados à refeição e descanso dos trabalhadores devem possuir **condições adequadas de uso, limpeza, ventilação e mobiliário apropriado.**

2.6. Ressalta-se que a ausência de previsão no PCA não configura irregularidade, uma vez que se trata de demanda pontual, de baixo impacto orçamentário, e motivada por necessidade superveniente e imprevisível no momento do planejamento anual, conforme Lei nº 14.133/2021, que admite ajustes e inclusões de contratações justificadas.

2.7. Dessa forma, a aquisição proposta é tecnicamente justificada e economicamente viável, garantindo a adequação do ambiente físico às normas de segurança, conforto e funcionalidade, e contribuindo para melhores condições de convivência, alimentação e desconpressão dos usuários do espaço.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.

3.1. A solução proposta visa atender às necessidades funcionais e de conforto e higiene dos espaços de convivência e apoio institucional.

3.2. A contratação busca garantir **durabilidade, eficiência e segurança no uso dos produtos ao longo de seu ciclo de vida útil**, observando-se os **princípios da economicidade, sustentabilidade e qualidade**, conforme determina o art. 40 da Lei nº 14.133 /2021.

3.3. O ciclo de vida do objeto compreende as etapas de fabricação, transporte, utilização, manutenção, higienização e descarte, devendo os bens adquiridos apresentar resistência mecânica, facilidade de limpeza, baixo custo de manutenção e possibilidade de reaproveitamento ou reciclagem de materiais, em conformidade com as boas práticas de sustentabilidade.

3.4. A análise do ciclo de vida dos bens considera todas as etapas — **extração de matéria-prima, fabricação, transporte, utilização, manutenção, descarte e possibilidade de reaproveitamento** —, de modo a minimizar impactos ambientais e garantir durabilidade e eficiência ao longo do uso para os itens:

3.4.1. **Mesa Bistrô com banquetas - Aspectos de sustentabilidade e ciclo de vida:**

3.4.1.1. **Matérias-primas:** deverão ser provenientes de fontes sustentáveis, priorizando o uso de **aço reciclável, madeira de reflorestamento** e revestimentos de **baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (COVs)**;

3.4.1.2. **Produção:** deverá ser material de empresas que observam boas práticas de fabricação com controle de resíduos e eficiência energética;

3.4.1.3. **Uso e manutenção:** mobiliário de **alta durabilidade**, resistente à corrosão e fácil de higienizar, reduzindo a necessidade de substituições precoces;

3.4.1.4. **Reaproveitamento e descarte:** estrutura metálica e tampo devem ser **recicláveis ou reutilizáveis**, atendendo à **ABNT NBR 10004:2004** (*Classificação de resíduos sólidos*).

3.4.2. **Jogo de Panelas para Fogão de Indução - Aspectos de sustentabilidade e ciclo de vida:**

3.4.2.1. **Matérias-primas:** deverão ser constituídas de **aço inoxidável ou alumínio de alta durabilidade e reciclabilidade**, devendo os materiais ser livres de metais pesados e substâncias tóxicas;

3.4.2.2. **Eficiência energética:** o fundo triplo ou multicamadas compatível com indução proporciona **melhor aproveitamento térmico e menor consumo de energia**, reduzindo emissões indiretas de carbono durante o uso;

3.4.2.3. **Manutenção e durabilidade:** utensílios resistentes à corrosão, impacto e abrasão, com longa vida útil, reduzindo a geração de resíduos e o custo de reposição;

3.4.2.4. **Descarte e reciclagem:** materiais metálicos totalmente recicláveis, devendo o fabricante garantir conformidade com a **logística reversa** de acordo com Norma Técnica.

3.4.3. **Lavadora de Alta Pressão Desentupidora – Aspectos de Sustentabilidade e Ciclo de Vida:**

3.4.3.1. **Matérias-primas:** deverão ser compostas predominantemente por materiais recicláveis, como aço inoxidável e polímeros de engenharia de alta resistência, livres de substâncias tóxicas e metais pesados. As partes plásticas devem ser recicláveis e atender à ABNT NBR 15448:2008 (Plásticos reciclados – Requisitos gerais).

3.4.3.2. **Produção:** deverá ser de fabricante que observa boas práticas ambientais, priorizando o uso de componentes de baixo impacto ambiental, controle de resíduos industriais e eficiência energética, conforme diretrizes da ABNT NBR ISO 14006:2020 (Ecodesign) e ABNT NBR ISO 14001:2015 (Sistemas de gestão ambiental).

3.4.3.3. **Uso e manutenção:** o equipamento deverá apresentar baixo consumo de energia elétrica e de água, com sistema de desligamento automático (stop total) e componentes de fácil manutenção e limpeza, garantindo durabilidade e segurança conforme ABNT NBR IEC 60335-2-79:2012 (Segurança de aparelhos eletrodomésticos – Lavadoras de alta pressão).

3.4.3.4. **Reaproveitamento e descarte:** as carcaças metálicas e plásticas devem ser passíveis de reciclagem, atendendo à ABNT NBR 10004:2004 (Classificação de resíduos sólidos), devendo o fabricante assegurar a destinação final ambientalmente adequada e participar de programas de logística reversa conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

3.4.4. **Aspirador de Sólidos e Líquidos – Aspectos de Sustentabilidade e Ciclo de Vida:**

3.4.4.1. **Matérias-primas:** deverá ser fabricado com corpo em aço inoxidável, alumínio ou polímeros de alta resistência, recicláveis e livres de substâncias tóxicas. As peças plásticas e metálicas devem atender à ABNT NBR 15448:2008 e ABNT NBR 10004:2004, garantindo rastreabilidade e reciclabilidade dos materiais.

3.4.4.2. **Eficiência energética e acústica:** o motor e o sistema de filtragem devem atender aos padrões de eficiência energética e operar dentro dos limites de ruído definidos pela ABNT NBR NM IEC 60704-2-1:2013, assegurando conforto acústico e menor consumo de energia.

3.4.4.3. **Uso e manutenção:** o equipamento deverá possuir filtros laváveis e reutilizáveis, estrutura de fácil higienização e alta durabilidade, minimizando a geração de resíduos e a necessidade de substituições frequentes.

3.4.4.4. **Reaproveitamento e descarte:** deverá permitir reaproveitamento parcial de componentes e reciclagem integral dos materiais metálicos e plásticos após o término da vida útil, atendendo aos critérios de classificação de resíduos não perigosos da ABNT NBR 10004:2004, com descarte ambientalmente adequado e incentivo à logística reversa do fabricante.

3.5. A proposta deverá respeitar normas vigentes, tais como: **ABNT NBR ISO 14001:2015** - Gestão Ambiental, **ABNT NBR ISO 14040:2014** - Avaliação do Ciclo de Vida e **Lei nº 12.305/2010** - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.6. Especificação dos produtos:

3.6.1. **Conjunto Mesa Bistrô Redonda com 4 banquetas:** Altura do produto montado: 100cm, Cor: Preto, Imbuia, Material: Aço Carbono, Modelo: Industrial Premium, Altura: Mesa: 100cm e Banquetas: 88cm, Largura do produto montado: 50cm, Profundidade do produto montado: 34cm, Assento: Espuma D28 Revestido Com Tecido Sintético, Estrutura: Preta em Aço Carbono.

3.6.2. **Panelas de Indução:** Material: Alumínio, Revestimento Interno: Cerâmico, Cor: Preto, Tipo de Fundo: Fundo de Indução, Quantidade de Peças: 5 Peças, Itens Inclusos: 1 Frigideira forjada de 24cm, 1 Panela forjada de 16cm com tampa, 1 Panela forjada de 18cm com tampa, 1 Caçarola forjada de 20cm com tampa, 1 Caçarola forjada de 24cm com tampa, Espessura: 3mm, Tampa: com Bordas de silicone e saída de vapor, Material da Tampa: Vidro Alça/Cabo Baquelite, Características: da Alça/Cabo com Revestimento Soft Touch, Antitérmico.

3.6.3. **Lavadora de Alta Pressão Desentupidora:** Material: Polímeros e Metais, Potência: 1900 W, Pressão média: 2400 PSI, Tensão: 220 V, Vazão: 360 L/h; Frequência: 60 Hz, Bico: regulável; Aplicador: de detergente (shampoozeira), Pistões: aço inoxidável; Cabo elétrico: 5 metros, Mangueira: 5 metros com trama de aço; Pistola: alta pressão com trava de segurança.

3.6.4. **Aspirador de Sólidos e Líquidos:** Material: corpo em polímeros e metais com acabamento em inox e preto, Potência: 1600 W, Tensão: 220 V, Frequência: 60 Hz, Vácuo: 180 mbar, Volume do reservatório: 50 litros, Filtro: lavável em papel descartável, Mangueira de sucção: 2,5 metros, Cabo elétrico: 4,5 metros, Mangueira dreno, Bico múltiplo para carpetes, Bico de canto e Bico escova.

4. Requisitos da contratação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. A presente proposta de contratação viabiliza-se mediante o conceito do tripé da sustentabilidade, que diz respeito a um conjunto de três aspectos que são considerados fundamentais para a administração de uma empresa ou de uma organização. Considerando a triple bottom line ou o tripé da sustentabilidade, criado em 1994 pelo empresário britânico John Elkington, destacamos:

Sustentabilidade Ambiental

4.2. Sustentabilidade ambiental visa o uso responsável dos recursos naturais para preservá-los para gerações futuras, promovendo práticas que minimizam danos ao meio ambiente, optar quando possível por alimentos de empresas que adotam práticas agrícolas sustentáveis, como o uso responsável da água e a preservação da biodiversidade. Além disso, reduzir o desperdício de alimentos e utilizar embalagens recicláveis ou reutilizáveis contribui para a diminuição da poluição. Essas ações ajudam a promover um sistema alimentar mais sustentável e equilibrado com o meio ambiente.

Sustentabilidade Social

4.3. A sustentabilidade social na compra de gêneros alimentícios envolve a adoção de práticas que promovam o bem-estar e a justiça social ao longo da cadeia de suprimentos, isso inclui a escolha de fornecedores que garantam condições de trabalho justas, respeitando os direitos dos trabalhadores, apoiar empresas que praticam a inclusão social e que promovem a transparência nas relações comerciais, são essenciais para garantir um impacto positivo na sociedade, essas práticas são fundamentais para uma licitação comprometida com a responsabilidade social.

Sustentabilidade Financeira

4.4. Como já adiantamos, a sustentabilidade empresarial diz respeito ao conjunto de todas as práticas realizadas por uma organização em prol de um crescimento consciente, ou seja, que não prejudique o meio ambiente e a sociedade. A contratação ora proposta, por meio dos atos licitatórios, contribui para ampla concorrência, bem como incentiva a criação de soluções de mercado e novas empresas, auxiliando na geração de empregos, injetando dinheiro na economia. De acordo com o conceito, a presente contratação está alicerçada nesses três aspectos, os quais interagem de forma harmônica na direção da gestão, garantindo a integridade do planeta e da sociedade, atuando positivamente para a economia do dinheiro público, contribuindo para o crescimento econômico.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.5. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos nos termos da Lei Federal nº 14.133, conforme previsto no inc. I do art. 41 em decorrência da necessidade da padronização do objeto e manter a compatibilidade dos padrões já adotados pela administração pública. Essa prerrogativa oferece uma descrição mais clara e facilita a compreensão do objeto a ser licitado, com o respaldo na referência do mercado através de produtos com qualidade, de acordo com as justificativas contidas na legislação vigente:

4.5.1. **Conjunto Mesa Alta Bistrô** - referência marca e modelo:

- Conjunto Mesa Alta Bar Bistrô Redonda 4 Banquetas Confort Imbuia Industrial Black, **marca:** Don Castro Decor I Imbuia;
- Conjunto com Mesa Bistrô Redonda e 4 Banquetas, **marca:** Madri;
- Kit de Mesa Bistrô e Banqueta Alta, **marca:** Monarca Itaqualy;
- Abaixo **modelo** para referência:



Fig. 1: imagem mesa bistrô com 4 banquetas.

Medidas



Fig. 2: imagem mesa bistrô com medidas.

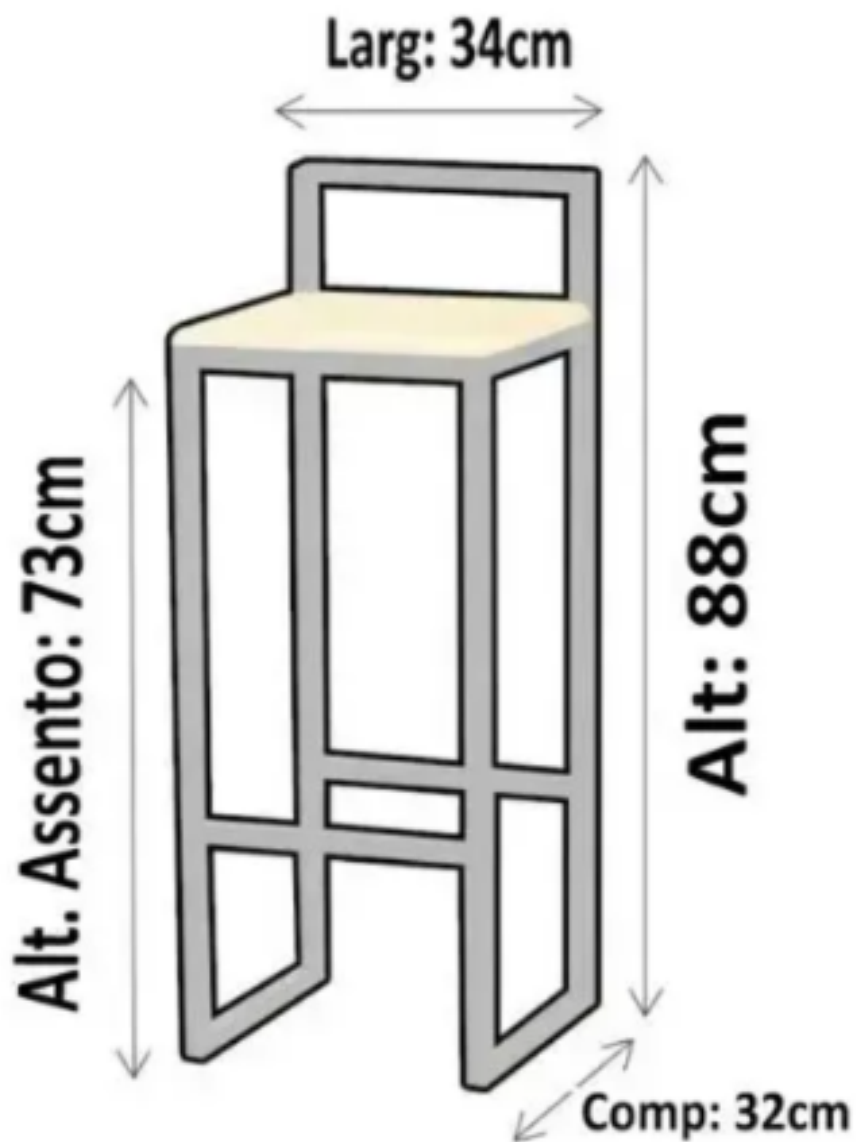


Fig. 3: imagem banqueta com medidas.

4.5.2. Panelas de Indução - referência marca e modelo:

- Jogo de Panelas 5 Peças, **marca:** Tramontina Mônaco;
- Jogo de Panelas Revestimento Cerâmico de Alumínio 5 Peças, **marca:** Brinox - Carbon Ceramic Life;
- Conjunto de Panelas 5 Peças, **marca:** Casa Ambiente - Viena Preta;
- Abaixo **modelo** para referência:



Fig. 4: imagem Jogo com 5 unidades.



Fig. 5: imagem Jogo com 5 unidades.



Fig. 6: imagem de detalhes fundo

4.5.3. Lavadora de Alta Pressão Desentupidora - referência marca e modelo:

- Lavadora Alta Pressão 1900w 2400psi Indução, **marca:** Wap Premium 2600;
- Lavadora de Alta Pressão , Semi Intensivo, 360L/h, Motor de Indução, 2450psi 1900W 220V, **marca:** Wap - EXTREME TURBO 2800;
- Lavadora de Alta Pressão 2500 PSI 2200W GHP 4-50, **marca:** BOSCH;
- Abaixo **modelo** para referência:



Fig. 7: imagem Lavadora de Pressão e acessórios.



Fig. 8: imagem Lavadora de Pressão e acessórios.

4.5.4. Aspirador de Sólidos e Líquido - referência marca e modelo:

- Aspirador de Pó e Água Barril GTW INOX , 50 Litros, 180mbar 1600W, **marca:** WAP;
- Aspirador De Pó 50 Litros Em Aço Inox Para Sólidos E Líquidos 1400 W, **marca:** Tramontina;
- Abaixo **modelo** para referência:



Fig. 9: imagem Aspirador de pó e água e acessórios.



Fig. 10: imagem Aspirador de pó e água e acessórios.

4.6. A indicação das marcas, características, e/ou modelos acima, não constitui exclusividade mas uma referência de qualidade mínima e desempenho esperado, conforme o disposto no art. 41, inciso I, alíneas "c" e "d", da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Assim serão aceitos produtos equivalentes ou similares sem qualquer restrição pela Administração, desde que apresentem as especificidades de desempenho técnico igual ou superior, devidamente comprovado por laudos, certificações e/ou catálogos com todas as informações detalhadas do objeto.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.7. Veda-se a entrega de materiais/produtos que não estejam em conformidade com a legislação pertinente aos órgãos normatizadores e regulamentadores. O produto a ser fornecido deverá estar apto ao uso de sua finalidade, seguindo os padrões técnicos da legislação vigente.

Da exigência de amostra(s)

4.8. Não se plica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.9. Não será exigida carta de solidariedade

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Documento Formador de Demanda.

5. Modelo de execução do objeto

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega.

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados da assinatura do contrato, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **2 (dois) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Rua Ribeiro de Lima nº 158 - Bom Retiro / São Paulo - CEP 01122-000 - Centro de Operações da Polícia Militar - COPOM/SP**, de modo que as entregas sejam feitas de segunda a sexta feira (salvo feriado), das 09h00 às 17h00 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica.

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. **Não se aplica.**

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9. **Não se aplica.**

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **07 (sete) dias**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10 (dez) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. Não se aplica.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para assegurar e promover a ampla e livre concorrência na licitação, a administração pública dispensa o conjunto de documentos de **habilitações jurídica, técnica, econômico-financeira, fiscal, social e trabalhista**, considerando que nesta contratação de compras em geral, o objeto licitado tem valor inferior a 1/4 (um quarto) do limite da Dispensa de Licitação (DL). A medida tomada está nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme disposto no inc. III do art. 70 para adotar a dispensa total ou parcial da documentação.

1.

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.]

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geraldo Estado de São Paulo.

10.2. No presente exercício, a contratação terá a indicação da dotação orçamentária definida posteriormente pela Diretoria de Finanças (DF). A presente licitação compatibiliza-se com as normas da execução orçamentária e financeira do exercício de 2025, nos termos do Decreto nº 69.319, de 22 de janeiro de 2025, conforme disposto no art. 7 a indicação da fonte de recursos somente será disponibilizada após a formalização do elemento de despesa da contratação decorrente do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Em conformidade com a legislação que rege o tema, a requerida contratação está fundamentada nos necessários princípios da administração pública da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

JENNIFER JOSY DA CONCEICAO SIMPLICIO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 23/10/2025 às 17:23:07.

Despacho: E pontualmente fundamentada no princípio da eficiência, que também garante a eficácia e a efetividade no processo de trabalho, após ter sido identificada a necessidade da contratação.

UBIRATAN TOLENTINO DOS SANTOS

Chefe de Projetos



Assinou eletronicamente em 24/10/2025 às 10:35:50.